



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE PERÍCIAS EM INFORMÁTICA - SEPINF/DPER/INC/DITEC/PF

## MINUTA DE EDITAL

### 1.OBJETO

1.1 Aquisição de mídias para armazenamento Blu-ray novas de grande capacidade conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÁXIMO ACEITAVÉL
1	25 GB	1.000 (Um mil) Unidades	<p>Mídia de armazenamento Nova tipo <i>Blu-ray</i> de boa qualidade.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• BD-R gravável.</li><li>• Capacidade: 25GB – 135 minutos - single layer</li><li>• Velocidade de Gravação: 4~6X</li><li>• Superfície branca ou prata, fosca para impressão.</li><li>• Embalagem lacrada pode ser com capa plástica ou Pino.</li><li>• Compatibilidade com Blu-Ray players e aparelhos com leitor Blu-Ray.</li><li>• Garantia de 1 ano.</li></ul>	

1.2 Os bens da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT do SIASG.

1.3 Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATMAT e do presente Termo de Referência prevalecem estas últimas.

1.4 Os bens deverão ter prazo de garantia mínimo de **12 (meses)**, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.

### 2.JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Serviço de Perícias em Informática (SEPINF) atua no exame de unidades de armazenamento computacionais, após a análise são produzidos laudos que possuem anexos

contendo informações relevantes que são remetidas aos investigadores. Atualmente os dados dos anexos dos Laudos são armazenados em mídias ópticas e com o avanço tecnológico tem sido comuns anexos de dados com mais de 20 Gigabytes de informações. A leitura dessas informações dividida em várias mídias é desproporcional economicamente e aumenta o risco da perda da informação. A Aquisição de mídias de alta capacidade auxilia na economia além da maior eficácia, eficiência e efetividade dos dados disponibilizados para as perícias dos materiais de informática.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS E SUSTENTABILIDADE

3.1 O material a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, conforme artigo 1º da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

3.2 A empresa fornecedora dos materiais constantes deste Termo de Referência deverá sujeitar-se às disposições do Código de Proteção do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

3.3 A previsão de impacto ambiental não gera resíduos, pois o descarte é feito adequadamente, destinando o material para reciclagem, não causando modificação de impacto prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social.

### 4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O fornecimento será efetuado em remessa única, com prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato.

4.2 O material deverá ser entregue no ARMAT/SELOG/DITEC/PF (Área de Material), localizado no Instituto Nacional de Criminalística, Térreo do Bloco B – SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul, no horário de 08h00min às 11h30min e 14h00min às 17h00min horas de segunda a sexta-feira exceto em finais de semana e feriados.

4.3 A **empresa vencedora** ficará obrigada a fazer a entrega do material no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, impreterivelmente, contado da data do recebimento da nota de empenho.

4.4 No momento do recebimento, deverá ser entregue Nota fiscal em 2 (duas) vias.

4.5 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas do termo de referência e na proposta devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.8 Mesmo tendo ocorrido o recebimento definitivo dos materiais, caso, no momento do uso, apresente defeito, o mesmo deverá ser substituído, pela empresa vencedora, em prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento da comunicação oficial desta diretoria, sob pena de incorrer

em ato que justifique sanção administrativa.

## **5. AVALIAÇÃO DO CUSTO**

5.1 O custo estimado está no mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta ao Subsistema de Preços Praticados – SISPP do SIASG, conforme o caso.

5.2 As despesas da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados à Diretoria Técnico-Científica no Orçamento Geral da União para o exercício de 2016.

## **6. DO PAGAMENTO**

**6.1** - Ocorrendo a entrega definitiva dos itens especificados em 3.1, depois de devida atestação e regular liquidação, dar-se-á o pagamento, a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante nota de empenho ou Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa vencedora, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal.

**6.2** - Nenhum pagamento será efetuado à empresa vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do material.

**6.3** - Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa vencedora, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada à fatura relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei n.º 8.666/93.

**6.4** - Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento susinado até que a empresa vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Diretoria.

**6.5** - Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

**6.6** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a empresa não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela DITEC, entre a data referida no primeiro subitem do 'PAGAMENTO' e a correspondente ao efetivo pagamento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1 + \text{IPCA}/100)^{N/30} - 1] \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor a ser pago.

IPCA = Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

6.7 - A atualização prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A Contratada obriga-se a:

7.1.1 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.2 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); Substituir, obrigatoriamente, o produto entregue em desacordo com as especificações constantes no Inciso I do edital e com a proposta de preços, arcando com ônus decorrente.

7.1.4 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 **(dez dias corridos)**, o produto com avarias ou defeitos;

7.1.5 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.1.6 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, particularmente no que tange à regularidade fiscal;

7.1.8 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

7.1.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.10 Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.1.11 Respeitar, os prazos máximos de entrega, manutenção ou substituição dos materiais, sob pena de incorrer em ato que justifique sanção administrativa.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8. 1A Contratante obriga-se a:

8. 1.1 Receber provisoriamente o material, disponibilizando no local, data e horário descrito no Inciso 4.2 deste termo;

8. 1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
8. 1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
8. 1.4 Efetuar o pagamento no prazo previsto desde que atendido o Inciso 7 deste termo.

## **9. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

9. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **10. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

10. 1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
  10. 1.1 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
10. 2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
10. 3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

11.1.1 Inexecução total ou parcialmente o contrato;

11.1.2 Apresentar documentação falsa;

11.1.3 Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.4 Cometer fraude fiscal;

11.1.5 Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

11.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b. Multa:**

**b.1.** Moratória de até **0,2% (zero vírgula dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades. e

**b.2.** Moratória de até **0,4% (zero vírgula quatro por cento)** por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitado a 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades.

**b.3.** Compensatória de até **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;

**c.1.** Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

**d.** Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

11.2.1 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.3 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

11.3.1 Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

11.3.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.8 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## 12. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente “Termo de Referência” foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância da aprovação pelo Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração de dispensa de licitação com cotação eletrônica em regime de urgência.

Brasília/DF, 05 de agosto de 2016.

**MARCELO CALDEIRA RUBACK**

**PERITO CRIMINAL FEDERAL**

Chefe do SEPINF/DPER/INC/DITEC/PF

**Aprovo o TERMO DE REFERÊNCIA** para aquisição dos materiais descritos no Item 1 para atender às necessidades do SEPINF/DPER/INC/DITEC/PF.

**JOSÉ JAIR WERMANN**

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico – DITEC/PF



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO CALDEIRA RUBACK, Chefe de Serviço**, em 08/08/2016, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JAIR WERMANN, Diretor(a)**, em 08/08/2016, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0015242** e o código CRC **E7A5D29A**.

---

**Referência:** Processo nº 08201.300034/2016-12

SEI nº 0015242